

Carlos Engemann

Mestre pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Corriqueiro como Nascer e Morrer

Práticas sociais e parentesco em
Santa Cruz, Rio de Janeiro (1791-1817)

INTRODUÇÃO

Vários estudos já foram dedicados à fazenda de Santa Cruz. Seus aspectos econômicos e sua importância para o sudeste colonial e imperial também já foram arrolados em vários trabalhos. O que justificaria, então, trazê-la novamente à baila? É que desta feita, menos que a fazenda em si, tratar-se-á de aspectos sociais inerentes à sua existência.¹ Pelo fato de ser o que era, e mais, de ser de *quem* era, Santa Cruz vivenciou contextos sociais por demais expressivos para serem negligenciados. Principalmente no que tange a seus escravos.

Pouco se falou, até agora, sobre a pequena multidão de cativos que a habita-

va. A alegação de extrema especificidade talvez tenha obliterado os estudos a seu respeito. Exceto um capítulo publicado por Richard Graham,² apenas algumas notas ou menções a essa população aparecem aqui e acolá, com cheiro de “notícias pitorescas”.

Uma escravaria que foi forjada pelo arguto senso administrativo dos padres inacianos, supostamente com esmerada organização e controle, e que depois passou às mãos um tanto desleixadas dos representantes do Estado, pode parecer excessivamente peculiar para valer um estudo mais detalhado. Não obstante, eram escravos. Suas vidas não lhes pertenciam e era com essa realidade que tinham de se haver todos os dias.

Aí reside o valor do estudo histórico de um plantel aparentemente único. Seus cativos, tanto quanto quaisquer outros, queriam amenizar os seus fardos.

No mais das vezes, os cativos – quer lá, quer alhures – dispunham de dois caminhos básicos, mas não excludentes, de tecer a sua vida: por negociação ou por confronto. Contudo, a escolha do rumo a ser seguido não dependia totalmente do escravo, visto não ser ele o único elemento da relação. Portanto, a decisão de negociar ou arrostar era gerada por uma resultante de forças, fruto da postura que ambas as partes – senhor e escravo – tomavam diante de suas ambições.

Em Santa Cruz não era diferente. A política senhorial dos jesuítas era basicamente de negociação; aos cativos era facultada a posse de um lote de terra e de cabeças de gado, porém lhes eram exigidas a disciplina e a moral que ordenavam a vida e induziam a formação do seu pequeno império. Aos desviantes: exílio, ostracismo, perda, em uma palavra, venda. Assim foram parar escravos de Santa Cruz no continente do Rio Grande de São Pedro, à venda pelo melhor preço. A administração estatal não diferiu muito nesse sentido específico, ao contrário, se proclamava sua herdeira direta.

Tal como se vivia lá, deveria ser em outras fazendas de grande porte, com plantéis de um certo nível populacional. Embora não seja possível determinar,

agora, qual seria esse nível – se cem, duzentos ou mais escravos –, mais certo é que uma população substancial tenda, em geral, a manter seus níveis populacionais por crescimento vegetativo, isto é, sem o necessário ingresso de estrangeiros. Dito de outra forma, se o senhor fosse sensível o suficiente para negociar uma existência pacífica com seus cativos, sem tornar-lhes a vida por demais insuportável a ponto de evitar o seu desejo de se perpetuar, obteriam uma população crescente, sem o investimento da compra de grandes quantidades de negros. Talvez, sejam esses os pretensos “criadouros de escravos”, plantéis nos quais se chegou a um volume demográfico suficiente para o crescimento endógeno e onde se estabeleceu uma *práxis* que atendia minimamente aos interesses básicos dessa população.

Se assim for, os escravos de Santa Cruz podem trazer na alma, ou melhor, na sua existência coletiva, mecanismos produzidos pelas negociações, lá mais abundantes que os conflitos, com seus dois senhores: primeiro Santo Inácio, depois el rey. Neste artigo serão postulados alguns aspectos da vida desses cativos. Tomando-se por base as listas nominiais dos inventários de 1791 e 1817, serão investigadas algumas de suas práticas mais comuns, como casar, batizar os rebentos, herdar e deixar legados. Nada de muito prodigioso, só aquilo que constitui os homens em sociedade.

A POPULAÇÃO DE ESCRAVOS DE SANTA CRUZ

Acrer na contagem dos escribas dos inventários, a população de cativos de Santa Cruz apresentava uma formação bastante peculiar, sobretudo se tratando de escravos.

A base um tanto dilatada dessas pirâmides demográficas indica (ver gráficos 1 e 2) uma grande presença de crianças. Os nascimentos e a infância, ou seja, os escravos de 0 a 14 anos, eram responsáveis por aproximadamente 40% da população em ambos os casos. Destarte, é possível que o crescimento endógeno tenha sido crucial para a manutenção e o incremento do seu nível populacional.

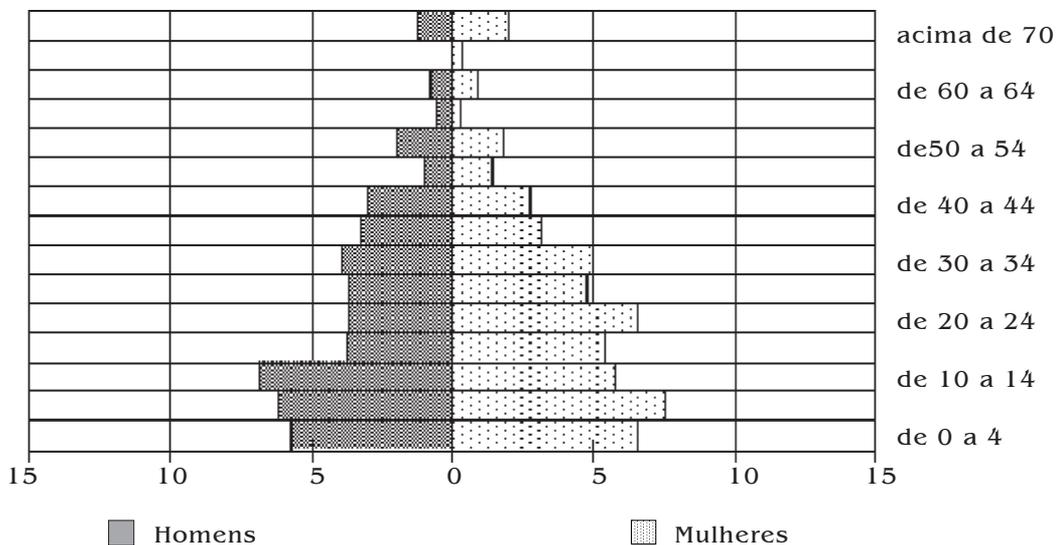
É pouco provável que houvesse estrangeiros ou forasteiros em número signifi-

cativo nesse plantel. Por ilação, é possível postular que Santa Cruz se desenvolveu, ao menos durante as décadas em torno da virada do século XVIII, como uma comunidade crioula, ausente do tráfico de semoventes do Atlântico.

O uso abundante de sobrenomes também pode ser um indício do arraigo imputado. Ocorre que mesmo os cativos mais velhos já tinham um sobrenome que não lhes indicavam a procedência africana. Como se percebe em várias fontes e em obras diversas, os africanos tinham sua origem manifesta na composição de seu nome. Isso ocorria de várias formas. O cativo poderia ser chamado pelo nome seguido das expressões "de nação" ou simplesmente "nação", "Guiné" ou "gentio da Guiné", em oposição ao "gentio da terra" como eram tra-

Gráfico 1

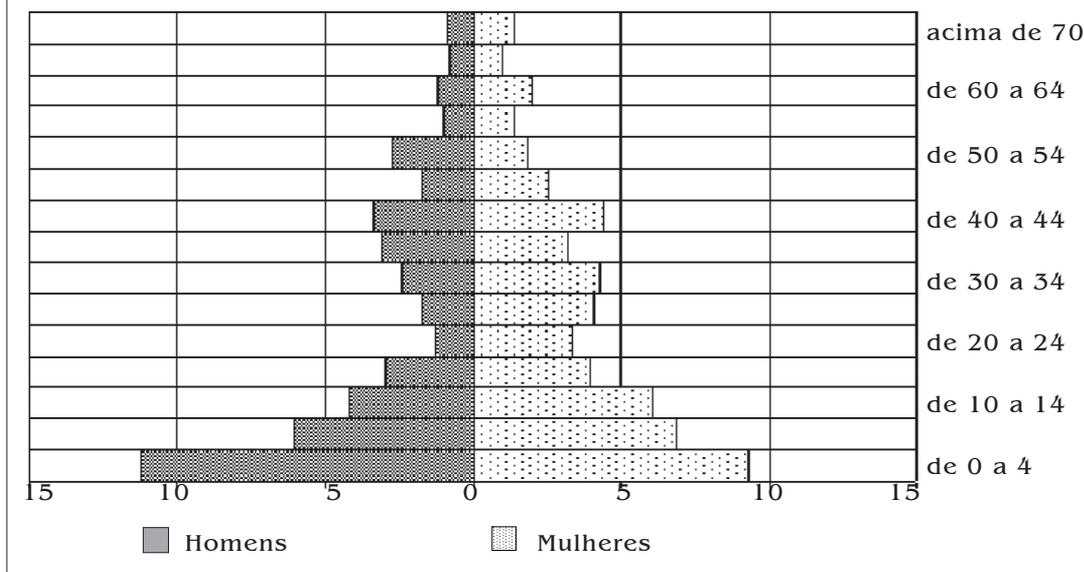
Pirâmide etário-sexual dos escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791



Fonte: Inventário da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791. Arquivo Nacional/RJ.

Gráfico 2

Pirâmide etário-sexual dos escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818



Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818. Arquivo Nacional/RJ.

tados os índios. Numa classificação mais detalhada, a origem ou o porto de embarque poderia compor o nome do africano, formando uma legião de “manuéis congo”, “marias mina”, “antônios calabar”, “josés cassange” etc.

Aos nascidos na Colônia, no mais das vezes lhes era atribuído o qualitativo de “crioulo”. Com muito mais raridade, vemos escravos com sobrenome, sendo mais comum que assumissem um após a alforria. Em Santa Cruz, os sobrenomes são absolutamente comuns, contemplando escravos de todas as idades e sexos. Na verdade, todos os escravos são nomeados com um nome composto, não se podendo afirmar que sejam todos sobrenomes. Porém, existiam lá vários “teixeiras”, “pereiras”, “ferreiras”, “costas”, “fernandes” e outros, indicando

uma complexa rede de parentesco instituída há muito e que ligava os cativos da fazenda uns aos outros há gerações.

Ao cabo, o que se encenava em Santa Cruz era um drama doméstico. Num plantel com supremacia numérica, na ordem de 20%, de mulheres, dificilmente houve algum recurso significativo aos africanos recém-chegados como mecanismo de ampliar a população e, por conseguinte, a força de trabalho. Ao contrário, as coortes superiores a 14 anos apontam um estrangulamento que se acentua de 1791 para 1808. A fazenda não apenas não recebia força de trabalho externa, como ainda fornecia parcelas substantivas de sua população – como seria de esperar, principalmente homens em idade produtiva – para o serviço de Sua Majestade, ainda mais de-

pois da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro.

AS FAMÍLIAS ESCRAVAS FRENTE ÀS EXIGÊNCIAS DO SERVIÇO DE EL REY

Observa-se então que, curiosamente, mediante a queda do número de escravos em idade fértil como um todo, e especialmente com a redução de 3% das possíveis mães frente ao total, o percentual das mulheres que concebem e mantêm seus filhos, perante o universo daquelas que alguma vez tiveram a chance de fazê-lo, aumenta consideravelmente. Em 1791, 53% das mulheres com mais de 15 anos, isto é, estando ou já tendo passado pela idade fértil, são tutoras de pelo menos um filho. Em 1817, não obstante a queda dos pais possíveis, esse percentual sobe para 58%.

Obviamente, esse movimento teria um preço. De algum modo, os cativos tiveram que alargar o escopo de possíveis mães para obter um aumento de natalidade. O percentual de mães que alguma vez passou pela experiência do matrimônio, e com isso pôde ter filhos sancionados pela norma, caiu de 91% para 77%. O que equivale a dizer que a proporção de mães solteiras cresceu de 9% para mais de 20%. Correlativamente, as mães que moram ainda com seus pais – pai, mãe ou, eventualmente, ambos –, que equivaliam a pouco mais de 5% no primeiro inventário, em 1817 respondem por 18%.

Também a média de idade das mães caiu consideravelmente. Em fins do século XVIII, estava em torno dos 36, já na segunda década do XIX caiu para 32 anos. Coerente a essa queda há um aumento do número de mães abaixo dos 20 anos. No primeiro inventário só havia uma (0,4%), ao passo que no segundo essas jovens mães representam 17%, ou seja, 37 casos.

Por fim, em 1791, havia 26 filhos que não estavam sob a tutela de suas mães, sendo que 22 estavam com os pais e quatro com os avós. Já em 1817, a situação se alterou completamente, pois temos 63 filhos que viviam longe de suas mães, provavelmente deslocadas para as quintas de Sua Majestade, mas também possivelmente mortas ou libertas. Destes, vinte estavam com os avós e 43 com os pais.

A conseqüência nefasta dessa servidão ao rei é que algumas famílias muito provavelmente foram – de modo provisório ou imperecedouro – separadas com a retirada de escravos da fazenda. Diante do agouro de ampliar a ausência materna, os laços de parentesco extenso, sobretudo os que ligam avós a netos, passaram a se constituir como a via preferencial para sustentar os rebentos com mães ausentes. Forma de burlar as intempéries de viver.

Por outro lado, as regras de comportamento foram, aparentemente, flexionadas. Senão vejamos. O que se tem, em primeiro lugar, é cerca de um

século e meio de cuidados dos curas de Santo Inácio. Como dito anteriormente, o sistema de regalias concedidas aos escravos funcionava como um poderoso meio de controle social. Mas, paralelamente às benesses, havia a pregação, iniciada na escola de rudimentos e catequese e mantida ao longo de toda a vida dos escravos. Tão cadente e repetitiva quanto a batida do tambor que marcava as horas da vila dos escravos, deveria ser a voz dos padres na escola, nos ofícios religiosos, no trabalho. Tal procedimento parece ter surtido algum efeito. Cerca de vinte ou trinta anos depois, isto é, uma geração além, alguns aspectos desses padrões morais e de conduta ainda parecem razoavelmente fortes. Basta lembrar que em 1791 apenas nove mulheres – menos de uma em cada dez – poderiam receber a pecha de mães solteiras, enquanto que em 1817 esse qualitativo caberia a 23%, ou seja, praticamente uma em cada quatro.

Isso pode ter sido fruto do afrouxamento nas regras ou, ao menos, na vigilância. Quando a administração real assumiu a Fazenda, um de seus maiores desafios certamente foi manter sob controle social uma escravaria tão numerosa. Para tanto, o modelo jesuítico de trato pareceu o melhor a ser adotado. De fato, não havia muito que pensar, e sim, uma multidão socialmente habituada a um conjunto de práticas que constituíam uma dominação aceitável. Mudar isso seria muito temerário. Como diria o deputado Rafael de Carvalho posteriormen-

te: “Ora com tais hábitos toda a reforma exige prudência”.

O controle moral e religioso exercido pelos inacianos, uma vez extinto, abriu espaço para que os escravos pudessem explicitar interesses e relações até então latentes. As contingências não apenas permitiam, mas, quiçá, urgiam. Embora não seja possível afirmar que esses cativos tenham abandonado as suas práticas católicas, nem que tenham desprezado totalmente a norma católica como forma de sancionar suas relações, é factível que tenham tido oportunidade – ou necessidade – de flexibilizar as regras de conduta moral. Talvez uma tal mudança tenha se dado pelo mui longínquo em que já se ouvia a voz dos jesuítas em seus púlpitos derrubados. O eco, então quase inaudível, carecia de pujança.

Não há certeza que assim tenha se dado. Contudo, a tabela 1 mostra alguns indicadores acerca da vida dos que foram classificados como cabeças de domicílio. É bem provável que o conceito em questão seja o de cabeça de um fogo, ou seja, uma unidade domiciliar e produtiva, onde se congregavam os que trabalhavam e partilhavam do mesmo teto, reunidos em torno do mesmo fogo. De qualquer modo, ainda coerente com a evasão de homens, as mulheres assumiram de modo mais efetivo essa posição. Em 1791, as mulheres assinaladas no topo da lista de habitantes de uma dessas unidades representavam menos de

Tabela 1

Cabeças de domicílio entre os escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791 e 1817

	1791	1817
Domicílios encabeçados por homens	251 (70%)	205 (60%)
Domicílios encabeçados por mulheres	110 (30%)	134 (40%)
Total de domicílios	361 (100%)	339 (100%)
Mulheres solteiras encabeçando domicílios	21 (6%)	25 (7%)
Mães solteiras encabeçando domicílios	7 (2%)	11 (3,2%)
Mulheres viúvas encabeçando domicílios	81 (22%)	83 (25%)
Mulheres casadas* encabeçando domicílios	8 (2%)	26 (8%)

* Sem marido mencionado ou com marido ausente.

Fonte: Inventários de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz: 1791 e 1818 (sic). Arquivo Nacional/RJ.

1/3 do total. No transcorrer da segunda década do século XIX, essa proporção se eleva para 40%.

O mais curioso é que os demais indicadores tendem a mostrar um aumento da independência feminina em medidas bem mais modestas. O diferencial parece estar nas relações externas ao grupo. Um número significativo de mulheres aparece, em 1817, casadas com homens que não são escravos de Santa Cruz. Dentre os 26 casos, isto é, 8% das mulheres casadas, pelo menos nove trazem indicações de quem seja o marido. Esses matrimônios podem ser evidências de um afrouxamento nas tendências endogâmicas.

Será que as jovens escravas punham-se a pensar concretamente nessa possibilidade? Talvez, ao final do dia, algumas rodas de raparigas pudessem ser vistas comentando o assunto. Rodas, onde cada

uma opinava sobre os requisitos para estar em melhores condições para obter as atenções de um liberto dos arredores – que caso fosse letrado, poderia ajudá-la a redigir uma carta ao príncipe regente solicitando a sua própria alforria. Ou talvez, pelo contrário, tais pensamentos assaltassem-nas no auge do dia, quando o labor era menos suportável. Aí poderíamos imaginar uma ou outra mocetona a pensar numa companhia que valesse o alento para suas dores. Quiçá, que lhe tirasse a dor maior, a dor do cativoiro.

Os homens de lá... Esses, como todos os demais ao longo da história, se esmerariam para subtrair às mulheres seus devaneios, apresentando-lhes algo de seu próprio interesse. Factível como a ambição. A terra, os animais, o direito ao enxoval, as vantagens de se casar o quanto antes. Ali mesmo, à sombra de Santa Cruz.

SOCIALIZAÇÃO E FAMÍLIA EXTENSA EM SANTA CRUZ

Trata-se aqui de um grande número de cativos – entre setecentos e 2.200, dependendo da época e do registro – que dividam o espaço comum da fazenda. A coexistência forçada entre esses indivíduos proporcionou a ocasião para o intercuro sexual. Porém, não apenas isso. Dado que falamos de seres humanos, não obstante as classificações (peça, gado humano etc.), as relações sexuais obedeciam determinados preceitos sociais e produziam laços de solidariedade que iam muito além dos próprios nubentes. Seja pela geração de descendentes comuns ou pela troca de indivíduos entre os grupos, o fato é que, como visto, além de famílias nucleares – lares ou fogos –, é possível encontrar padrões de socialização extensa.

Em 1791, quando as baixas pelo deslocamento de mão-de-obra ainda não sangravam tanto a população da fazenda, os indícios de laços familiares entre gerações ou entre ramos da mesma geração eram mais evidentes. Um traço da sedimentação social em Santa Cruz, já citado, é o uso de um sobrenome.

Num plantel de 1.342 escravos, dar um nome simples não permitiria que este cumprisse uma das suas principais funções, diferenciar alguém dos demais. No entanto, isso não invalida uma pesquisa a esse respeito, já que a praticidade está no uso de dois termos no nome, e não

na escolha de que termos seriam esses. Uma vez que muito dificilmente uma tal tarefa seria aleatória,³ a questão que se nos impõe é: quais critérios teriam presidido a escolha de nomes entre os cativos de Santa Cruz?

Algumas vezes os cativos adotavam sobrenomes após sua alforria. É o caso de Francisco Nunes de Moraes, um africano liberto, originário da Costa da Mina, que lavrou seu testamento na Bahia, em 6 de setembro de 1790. Nele declara que havia comprado sua liberdade dos seus senhores, os herdeiros do capitão-mor Antônio Nunes de Moraes, pela quantia de duzentos e cinqüenta mil réis. Por esse trecho do testamento já é possível perceber uma prática muito significativa: a adoção do sobrenome dos senhores pelos escravos. Francisco pôde, e mais, quis adotar o sobrenome do capitão-mor Antônio.

Antes que se pense apenas na adesão ou devoção desses aos seus senhores, é possível postular que essa foi uma “herança” tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo lusocolonial. Algo que permitisse a construção de relações livres. Algo difícil ao Francisco Mina é certamente mais factível ao Francisco Nunes de Moraes. Enfim uma estratégia, sem dolo, mas com ganho.

No caso em estudo a situação é bem diversa. Trata-se de um grupo substantivo e não de um único indivíduo. Também as relações que seriam viabilizadas pelo

uso de sobrenomes estariam se estabelecendo num mundo escravo – e, no caso, relativamente circunscrito – e muito pouco diante da sociedade livre. Os fatores que levaram a definir quais seriam os sobrenomes de cada indivíduo provavelmente estavam ligados às próprias relações internas ao plantel.

É o que também percebeu Carla Casper Hackenberg,⁴ quando analisou o grupo de escravos pertencentes à fazenda do Cabuçú. Carla postula que a nomeação é, também entre os cativos, uma forma de homenagem a antepassados ou parentes próximos. Embora uma elevada percentagem de sua amostra, 35% dos casos, esteja relacionada aos proprietários, 62% se referem a parentes e padriños. Em Cabuçú o que estava em ques-

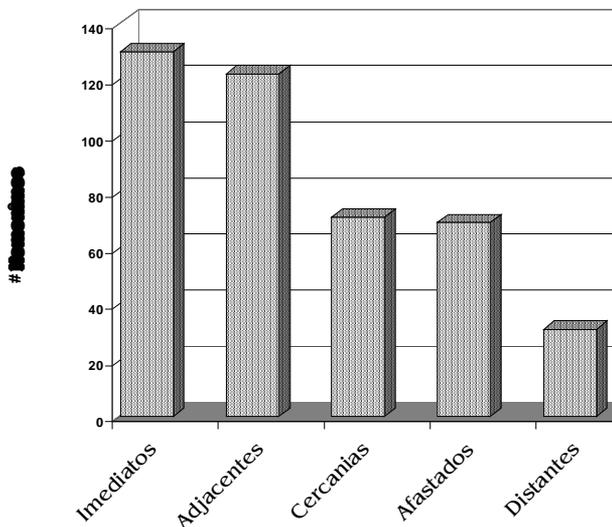
tão era o primeiro nome, que em Santa Cruz não apresentava a mesma regularidade. Mas, entre o “povo jesuítico” o que se destaca é o uso de sobrenomes.

Lá havia, em 1791, pelo menos 797 portadores de um sobrenome constitutivo de parentesco. Um primeiro critério que dá sentido a essa prática é o da proximidade espacial, posto que 424, isto é, 53% dos cativos considerados, possuem um semelhante com o mesmo sobrenome em até nove grupos familiares dispostos antes ou depois do seu. Isso nos mostra, em primeiro lugar, que para mais da metade dos cativos considerados, havia um outro indivíduo com o mesmo sobrenome nas proximidades.

Para emprendermos uma análise mais

Gráfico 3

Número de pessoas portadoras do mesmo sobrenome por local relativo de moradia, Santa Cruz, 1791



Fonte: Inventário da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791. Arquivo Nacional/RJ.

final, subdividindo esse espaço circundante em faixas de proximidade, como mostra o gráfico 3, perceberemos que havia uma forte tendência de agregação entre esses indivíduos. Logo, não apenas a escolha do nome não era aleatória, mas também a divisão e a ocupação do espaço não o eram.

Ao que tudo indica, a divisão do espaço se dava de forma a aproximar, na medida do possível, pessoas que mantinham alguma afinidade entre si. Se os homens organizam seu espaço por meio de suas relações socioculturais, a expressão social dessa relação pode ter se dado pela troca de sobrenomes. Por outras vias, o gráfico também nos aponta para uma preferência pela manutenção de núcleos, onde se reproduziam esses laços.

A observação dos indivíduos que possuem o mesmo sobrenome, quando também ordenados pelas suas idades, revela que freqüentemente existem grupos de pessoas que além do sobrenome compartilham a idade. Se incluirmos aqueles que são registrados com um ano de diferença, o que pode representar meses de distância entre os nascimentos, esse número se revela surpreendente. Cerca de 438 cativos podem ter sido batizados com o mesmo sobrenome para firmar uma aliança, possivelmente entre seus pais ou padrinhos.

Passados 25 anos, o novo inventário feito apresenta alguns problemas para esse tipo de análise. Nele ocorre a presença de um certo número de cativos com um

nome simples, isto é, provido de apenas um termo. O surgimento desses cativos pode indicar uma alteração na acuidade das anotações, mas, por se tratar, na maioria dos casos, de menores de dez anos, podemos imaginar que de fato estaríamos diante de uma alteração em um dos modelos de plasticidade das relações sociais em Santa Cruz. Pode-se postular que a desestrutura causada pela compulsória saída de membros desta comunidade, obrigou-a a alterar também seu modelo de socialização.

ACUMULAÇÃO E LEGADO DE HERANÇAS

Como visto anteriormente, os cativos da fazenda obtinham certas regalias. Estas lhes facultavam alguma acumulação de posses, seja pela sua produção agrícola, obtida pela posse de pedaços de terra e pela possibilidade de cultivá-los nos sábados, domingos e dias santificados – uma boa porção dos dias do ano –, seja pelo exercício de alguma outra atividade lucrativa implementada nesses mesmos dias.

Se foi possível a acumulação de bens, deveria ser igualmente possível a diferenciação social entre os membros da dita comunidade. Desde os tempos jesuíticos, já havia indícios de que a comunidade de Santa Cruz não era homogênea do ponto de vista da distribuição de bens. Segundo as pesquisas de Serafim Leite,⁵ as senzalas poderiam ser divididas em dois tipos: as construções

de parede e telha e as de sapê. É provável que essa distinção indique uma diferença entre os seus moradores, estabelecendo algum tipo de hierarquia econômica entre eles.

Se havia acúmulo de posses e hierarquia econômica, é lógico supor que houvesse critérios, explícitos ou tácitos, para a circulação desses bens, do qual certamente fazia parte algum padrão no legado de heranças. Se assim for, talvez possamos capturar algo a esse respeito na transmissão da única posse dos cativos cujos registros nos chegaram às mãos: as unidades domiciliares.

Dos 1.342 escravos lavrados no inventário de 1791, 395, isto é, cerca de 30%, estavam presentes no inventário de 1817. É provável que esse percentual seja na realidade bem mais elevado, já que em alguns casos não foi possível fazer uma identificação positiva com confiabilidade. As identificações feitas levavam em conta três critérios fundamentais: o nome, a idade e o círculo de familiares mais próximos – esse último muito pouco eficaz dadas as mudanças na estrutura do domicílio ao longo dos 26 anos que separam os registros.

As unidades domiciliares eram pequenos edifícios ou subdivisões de edifícios maiores que supomos acompanhados de pedaços de terra. Quanto ao legado das terras, nada poderemos saber, e quanto ao espaço de moradia é possível que capturemos alguns indícios sobre tendências na herança das senzalas.

Sendo este espaço, ainda que diminuto, um âmbito privado, em certo sentido se constituía como uma fronteira para o cativo que se mantinha confinado do lado de fora. Se, como temos visto, os cativos de Santa Cruz gozavam de certa autonomia, a casa, *domus* do cativo, não seria um bem, tanto do ponto de vista concreto quanto do simbólico, de menor importância. Ainda que muitos cativos não dispusessem por meio de herança de uma dessas unidades, ela pode, por isso mesmo, ter se constituído como um diferencial, já que não poderia ser dividida entre os herdeiros como eventualmente os rebanhos e as terras.

A partir daí foi possível imaginar dois pontos-chaves para aferição dos legados privilegiados: a faixa etária e a posição em relação aos irmãos conhecidos.

Como é possível observar na tabela 2, há um padrão inverso entre homens e mulheres. Os homens primogênitos tendem a se deslocar mais do que seus irmãos mais novos. Com as mulheres se dá exatamente o oposto. As mais velhas se deslocam menos do que as suas irmãs. Se considerarmos a tabela, constatamos que as mulheres mais velhas tendiam a ficar com o domicílio dos pais.

É possível que ao receber um novo homem em seu grupo familiar, as mulheres oferecessem as suas casas ou uma unidade construída contígua, quando possível. É bom lembrar que o escopo matrimonial para os homens era bem mais dilatado do que para as mulheres,

Tabela 2**Distância média entre os domicílios de origem e destino pela posição conhecida do filho – subtraído o padrão médio de 84 domicílios**

Posição do filho dentro da prole	Homens	Mulheres
Primeiro filho	35	-1
Segundo filho	30	4
Terceiro filho	32	15
Média	32,3	6

Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818. Arquivo Nacional/RJ.

dada a desproporção entre os sexos. Daí que uma forma de tornar uma mulher mais interessante para os seus possíveis pretendentes seria acompanhá-la de uma habitação, ainda que não fosse no exato momento da consecução do matrimônio. Disso trata o deputado Rafael: “a filha a quem coube por doação uma potra, conta estar casada; pois o dote convida, e logo seduz algum rapaz”.

É um terreno instável, é verdade. No mais, o que há são conjecturas amparadas por alguns tênues indicadores. Mas um eventual privilégio das mulheres no legado das casas de seus pais não destoaria do quadro geral visto em nosso percurso. A reforçá-la, há um caso: se as mulheres tinham precedência na herança e as primogênicas mais especificamente, poderíamos entender como uma escrava em especial acumulou alguma riqueza que lhe permitiu se distinguir dos demais escravos em amplos sentidos.

Estamos falando de Maria Izabel, a única escrava que conhecemos a pagar pela sua alforria. Em 14 de março de 1818,

ela desembolsou 153\$600 para pagar por sua liberdade, um caso único nos registros examinados que encontra um par apenas na carta de Lucrecia do Espírito Santo, que em 1842 recorria à “inata piedade” do jovem imperador para libertar sua filha. Lucrecia, como Maria Izabel, estava disposta a pagar o preço pedido, no seu caso: 40\$000.

A história da família de Maria Izabel, tal como pudemos apurá-la, tem início no inventário de 1791. Nele estão assentadas, no domicílio 234, Marinha Mata, uma viúva com apenas 37 anos, na época, e suas duas filhas, Caetana do Carmo, com vinte anos, e Ignacia de Jesus, com apenas dois anos. No inventário seguinte, consta uma família de três gerações formada a partir de Caetana do Carmo no domicílio 208, possivelmente o mesmo local do 234 do inventário anterior.

No grupo 208, estava assentada a nova matriarca Caetana do Carmo com dois filhos, Saturnino e Maria Izabel. Esta, por sua vez, estava com seus três filhos Francisco Damaz, Ana Vieira e Rosa Maria.

Além deles, moravam também os dois únicos escravos registrados em Santa Cruz, João Cabinda, de 23 anos, e Anna Izabel, de 13 anos, escrava da Costa.

Curiosamente, após a viuvez, Marinha da Mata não ingressou qualquer homem por matrimônio nesta família; as filhas e a neta permaneceram solteiras com seus filhos. Provavelmente, Izabel tinha uma relação estável, já que seus filhos nasceram mais ou menos próximos, em 1812, 1814 e 1815, e depois cessam os nascimentos até a sua alforria em 1818.

Se tais especulações estiverem corretas, Caetana pode ter concentrado bens por ser a mais velha das filhas. Maria Izabel, por ser mulher, pode ter se beneficiado primeiramente do acúmulo da família em detrimento do irmão. Assim, membro privilegiado da família de escravos que provavelmente mais acumulou bens em Santa Cruz, ela pôde dispor da quantia que lhe quitou a liberdade.

Mais do que um capricho, esse padrão de heranças pode ter constituído uma estratégia que atenderia a duas necessidades da comunidade. Primeiro, obter um cônjuge em um contexto de escassez de parceiros seria uma urgência para qualquer família que quisesse garantir o encaminhamento de suas filhas, a sua perpetuação no tempo e a manutenção de suas alianças. Por outro lado, esse mesmo padrão garantia a manutenção da riqueza acumulada em Santa Cruz o máximo possível dentro de suas fronteiras. A menor circulação de mulheres pelos do-

mínios reais tornava-as um depositário mais seguro do que os voláteis trabalhadores masculinos, que se ausentando poderiam dispor de seus bens em outras paragens. Se realmente havia alguma garantia de herança para as mulheres, isso pode significar que outras como Maria Izabel e sua mãe podem ter optado por permanecerem solteiras, a bem de suas relações estáveis, como forma de não dilapidar o seu patrimônio.

CONCLUSÃO



o escrever sobre as famílias de Santa Cruz, Richard Graham afirmava: “Pode-se presumir, pelo que se conhece da vida escrava em geral, que muitos destes casais representavam somente uniões temporárias”.⁶ Com isso, revelou não apenas quão pouco se conhecia da vida escrava naqueles anos, mas como essa perspectiva embotou sua análise. Mesmo diante de um número considerável de viúvos – e a viuvez é, por definição, espelho de uma relação que sobreviveu à morte de um dos cônjuges, que literalmente transcende a própria existência de uma das partes – Graham preferiu acreditar que as relações eram instáveis e voláteis, sem nenhum significado maior. Diante do que foi possível entrever nas fontes, percebe-se o quão amplo era esse significado e como ele açambarcava todos os habitantes da “vila dos escravos”.

Recentemente, aprendemos que os danos da escravidão não impedem, quiçá

antes estimulem, o desenvolvimento de estratégias para manter uma vida cultural e material mínima e tentar torná-la a máxima possível. Os homens e mulheres de lá tinham de se articular para manter suas ambições de pé, frente à pujança da condição cativa. Pode ser que fosse nessa experiência comum e interligada, em que freqüentemente surgem solidariedades e disputas, que os homens cativos entendessem a dimensão da sua escravidão. Vendo-a não só “de baixo para cima”, mas sendo capazes de olhar para os lados e de tecer uma apreciação ampla da sua realidade e dos instrumentos disponíveis para o seu viver. O que Santa Cruz nos mostra é que, dis-

pondo de espaço, tempo e população, os cativos construíram – e talvez construiriam em qualquer outro lugar – uma comunidade, conceito pouco explorado para a escravidão. O parentesco tendeu a se multiplicar e a enfeixar os cativos de tal modo que puderam se reconhecer enquanto “servos de Santo Inácio a serviço do imperador”, manipulando a memória do “tempo dos jesuítas”. Talvez, tenha sido assim que os que foram levados de lá para a feitoria do linho cânhamo no sul da Colônia, ao final do século XVIII, se apresentaram aos novos feitores. Mas, logo passaram a ser conhecidos por priorizarem seus negócios, em detrimento do linho de Sua Majestade.⁷

N O T A S

1. Neste artigo são apresentados resultados da pesquisa que redundou na dissertação de mestrado *Os servos de Santo Inácio a serviço do imperador*, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que teve como coluna fundamental o exame de fontes do Arquivo Nacional, principalmente os dois inventários citados e a documentação cartorária acerca das alforrias.
2. Richard Graham, *Escravidão, reforma e imperialismo*, São Paulo, Perspectiva, 1979.
3. “... atribuir um nome resume experiências pessoais, acontecimentos importantes, visões de mundo e valores culturais”. Manolo Florentino e J. Roberto Góes, “Comércio negro e estratégias de socialização parental entre os escravos no agrofuminense”, *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambú, ABEP, 1994, p. 369.
4. Carla Casper Hackenberg, *Famílias em cativo*, dissertação inédita, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1997.
5. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VI, Rio de Janeiro, INL, 1945, p. 59.
6. Richard Graham, op. cit., p. 43.
7. Carlos de Souza Moraes, *Feitoria do linho cânhamo: documentação inédita*, Porto Alegre, Parlenda, 1994.

A B S T R A C T

This article describes some of the aspects of slave's life in Santa Cruz Farm, in Rio de Janeiro, their social practices and kinship relations, and how took place the procedures of transaction with their two bosses: first, Saint Ignatius, later, El Rey.